

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E “POLÍTICA” DE CLASSE: MOMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DOS INDUSTRIAIS CEARENSES COMO SUJEITO COLETIVO<sup>1</sup>

## APRESENTAÇÃO

O estudo aqui apresentado é parte de um trabalho mais amplo que venho realizando, orientado pela intenção de compreender processos de mudança sociopolítica no Ceará, tomando como referência principal aquelas que vêm se dando no interior das camadas dominantes.

A escolha da temática e a maneira de tratá-la a menos que definidas a partir de possíveis pressupostos teóricos foi, por assim dizer, “imposta” pela realidade mais visível do mundo da política, isto é, na dimensão da política que envolve disputas pelo poder formal e a presença nestas de empresários.

Em tempos mais recentes – desde meados da década passada – industriais cearenses emergiram na cena pública local, concorrendo a cargos do governo estadual e do Legislativo, apresentando a condição empresarial como um recurso central para a validação de suas respectivas pretensões de acesso ao poder. É ainda ao longo deste período que se cristaliza no contexto local, e também nacional, a idéia de que as mudanças no espaço cearense, relativas ao desenvolvimento econômico e às maneiras de gerir o Estado, resultam dos princípios e das ações de uma elite industrial legitimada como elite dirigente.

Este reconhecimento, provado nas urnas em três sucessivas disputas eleitorais, foi construído em um persistente e amplo

MARIA AUXILIADORA LEMENHE\*

## RESUMO

Procura-se neste artigo conhecer processos de constituição dos industriais cearenses como sujeito coletivo sob a ótica das representações sociais. Para tanto são analisados discursos proferidos por presidentes da Federação dos Indústrias do Ceará (FIEC), em dois momentos da história da entidade. Nestes, ao edificarem diferentes concepções sobre a relação Estado/empresariado e sobre os papéis desempenhados por ambos na produção da riqueza (do país e da região) é tecida, no plano, simbólico uma “política” de classe.

\* Doutora, Professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC

processo de mobilização de cunho contestatório, ancorado em uma associação civil - Centro dos Industriais - paralela à estrutura oficial dos sindicatos e da Federação, sob a liderança de alguns dos poucos grandes empresários do Ceará. As contestações eram dirigidas a vários sujeitos. Dirigentes nacionais, formadores e gestores das políticas econômicas para o país foram avaliados como incapazes de propor e implementar políticas para solucionar as problemáticas da Região e, em especial, as do Ceará. Com maior contundência

combateram os dirigentes locais, concebidos como “coronéis” retrógrados que conduziam as questões públicas de forma clientelista, ineficaz e venal, cujas conseqüências mais graves eram a miséria absoluta das massas rurais e urbanas e a incapacidade daqueles de solucioná-las. O terceiro objeto de contestação eram os próprios empresários. De um lado, combatiam de modo genérico os industriais que, destituídos de consciência e individualistas, ignoravam (no duplo sentido do termo) as dificuldades enfrentadas pela coletividade e os meios para solucioná-las. Por outro, questionavam as entidades oficiais (Federação das Indústrias e os sindicatos) e, por extensão, as lideranças das mesmas por suas motivações estritamente corporativas e as práticas correspondentes (Lemenhe, 1996).

A aglutinação dos empresários cearenses em uma entidade de classe marcada, num certo tempo, pela publicização de sua existência e pela orientação contestatória dos discursos, e, no tempo seguinte, pela presença das lideranças mais expressivas da entidade em espaços-chave da estrutura formal do poder, sugere a idéia de que são estes que inauguram a existência dos empresários como um sujeito coletivo, cuja constituição se expressa na existência de interesses de classe definidos e perseguidos. Esta perspectiva está subjacente à idéia de que este conjunto foi produtor de um projeto burguês para o Ceará ou na afirmativa genérica de que até este tempo industriais cearenses se faziam presentes no cenário político apenas como sujeitos individuais.

Colocando em dúvida tais concepções, investigo aqui sob que processos teriam os industriais, em épocas anteriores, praticado a “política de classe”, organizando-se como um coletivo para a consecução de interesses empresariais-industriais.

### **ALGUNS ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS**

Tomo como objeto empírico textos produzidos por empresários, onde busco analisar as representações que sujeitos membros do segmento industrial cearense constroem sobre si mesmos, no que diz respeito ao papel que reconhecem desempenhar como industriais no contexto local (cearense) e nacional, bem como aos modos pelos quais concebem suas relações com o Estado/governo. Pressupondo que discursos de dirigentes de entidades de classes condensam idéias de seus pares e que, sobretudo, são instituídas como “palavra autorizada” segundo fórmula Bourdieu (1989) e, como tal, reconhecidas por audiências que transcendem o espaço onde as mesmas são constituídas, analiso, exclusivamente, discursos de dois ex-presidentes da Federação das Indústrias do Ceará, pronunciados em diversas situações. Dentre estas incluem-se: comemorações da entidade (Dia da Indústria, concessão de prêmio ao “Operário Padrão”, etc); homenagens a personalidades (governadores, ministros, empresários, dentre outros),

lançamentos de programas de iniciativa da entidade (por exemplo os do SESI) e palestras.

Os produtores dos discursos presidiram a Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) entre 1970/1977 e entre 1978/1986. Os textos analisados cobrem quase todo o período da gestão de ambos, embora, para o segundo, tenhamos definido o ano de 1986 como limite, época que marca o fim de um primeiro ciclo do movimento dos empresários organizados na entidade para-sindical – o CIC – e que foi tomada aqui como referência para uma análise comparativa, ainda que de forma assistemática.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO CEARÁ**

A Federação das Indústrias do Ceará foi criada, como suas congêneres no país, em 1950. Em um Estado onde o processo de desenvolvimento industrial foi tardio, teriam sido restritas as funções da entidade como porta-voz de interesses especificamente industriais, pelo menos até inícios dos anos 70, quando a industrialização viria apresentar sinais de alguma vitalidade. Não seria outra a razão para a inserção de seus dirigentes em entidade que congrega proprietários rurais e exportadores, como a Federação da Agricultura, Comércio e Indústria do Ceará - FACIC, e a perpetuação dos mesmos nos cargos. Entre a época da fundação até o ano de 1970 apenas dois indivíduos presidiram a Federação (FIEC, 1982, p.13/21).

Uma expansão industrial alimentada pelos fundos públicos federais, acessíveis à maior parte dos industriais do Nordeste (e também fora da região), sobretudo, mediante iniciativas atomizadas de natureza clientelista, teria constringido ações programáticas coletivas. Contudo, foi expressivo, ao longo da década de setenta, um conjunto de atividades ritualizadas, envolvendo manifestações de apoio às ações dos governos local e nacional, presença simbólica em festividades oficiais e, evidentemente, nas de sua iniciativa, tais como a celebração do Dia da Indústria, homenagem ao Operário Padrão e oficialização de programas do SESI.

Mudanças significativas ocorrem nas práticas da FIEC ao final da década de 70. As direções que vinham se sucedendo são substituídas por industriais de formação mais recente (pós-SUDENE), constituídas por médios empresários, com restritos vínculos com o mercado regional e nacional. Mantidas as dimensões ritualizadas dos vários eventos, em especial o do Dia da Indústria, a entidade se equipa com um conjunto de meios para a implementação de atividades genuinamente corporativas. Vários indícios podem ser apontados.

Constitui-se no interior da entidade uma estrutura técnico-burocrática para análise das políticas formuladas pelo Executivo federal e para estudos das leis que regulam as atividades econômicas. Palestras e reuniões agregam economistas, executivos do governo do Estado, do Banco do Nordeste, da SUDENE e representantes dos poderes Executivo e Legislativo para a discussão de problemáticas de diversas ordens. São produzidos documentos de conteúdo reivindicativo, dirigidos a presidentes da República, ministros de Estado e governadores e, ainda, envolvem-se os industriais em movimentos organizados por algumas entidades nacionais e regionais, como o Conselho Nacional da Indústria e Federações de outros Estados do Nordeste, participando de encontros, produzindo textos e “abaixo-assinados” (Lemenhe, 1996). A filiação, em 1982, de 21 sindicatos, congregando 479 associados que têm à disposição ampla e requintada sede, é sugestiva da existência, no Ceará, de um segmento industrial consolidado, como também da legitimação da FIEC como porta-voz de interesses específicos de setores da indústria e do conjunto deles.

## **INDUSTRIAIS E O ESTADO/GOVERNO: PATRIOTISMO E HARMONIA**

No primeiro momento tomado como referência (1970/1977), o argumento central e organizador de diferentes lógicas e concepções presentes nas falas pode ser sintetizado no seguinte enunciado: Governo e empresariado industrial têm uma missão que é a de promover o desenvolvimento do país. A

centralidade desta tese se revela na frequência com que é apresentada e pela adjetivação que a acompanha:<sup>2</sup>

*o governo e os industriais são condôminos da grandeza nacional ... e das ações de ambos no passado e no presente resulta uma esplêndida (sic) realidade.*

A convergência de propósitos é um princípio e uma missão que só podem ser realizados porque o *governo e a iniciativa privada, de mãos dadas, identificaram diversos pontos de estrangulamento e vêm conseguindo resolvê-los crescentemente.*

Solidários em torno de uma missão, as tarefas de um e de outro não se confundem: cabe ao empresariado *criar riquezas para a grandeza nacional* e ao governo *fornecer meios e solucionar dificuldades.*

Tais enunciados, descontextualizados das próprias falas e compreendidos à luz de uma lógica corrente, poderiam suscitar a idéia de que os industriais, ao atribuírem a si o papel de realizadores de fins e aos governos o de provedor dos meios, se reconhecem como sujeitos principais na sua relação como os governos. Contudo enquanto criadores de riquezas, isto é, realizadores dos fins, se reconhecem como coadjuvantes – secundários portanto – na missão partilhada de promoção do desenvolvimento nacional, como denotam os trechos abaixo.

*O poder público revelou criatividade no campo econômico ... voltou-se integralmente para o desenvolvimento*

*O governo adotou uma filosofia do mercado livre, dando à iniciativa privada uma posição de co-responsabilidade no processo de expansão econômica e na promoção do bem-estar (...) o compromisso dos órgãos de decisão é efetivamente um compromisso apenas com o interesse nacional e é esta esplêndida (sic) realidade que enche de confiança o coração e o espírito ... particularmente dos empresários ... que*

*assim podem se entregar ao seu trabalho fecundo de produzir riquezas, sabendo que os órgãos governamentais ... estão voltados unicamente para o interesse nacional.*

*O empresariado industrial vislumbrou cedo o que lhe competia fazer para ajudar o poder público na sua missão de desenvolver o país.*

Nestes fragmentos de discursos têm-se marcados os lugares hierárquicos dos dois sujeitos: o poder público pensa, cria, decide, vela, inspira confiança. O poder público como ser ativo principal é aquele que define a condição dos industriais de co-responsáveis e de ajudantes na realização de missão que é comum a ambos, contudo formulada pelo Estado.

A auto-atribuição de coadjuvante se revela mais claramente posta quando o objeto de referência é a própria entidade. Em discursos proferidos em solenidades da FIEC, tais como na de comemoração dos 25 anos da FIEC e de posse de diretorias, registra-se a concepção de que as funções da entidade foram e são definidas pelo Estado e é nele que a mesma encontra sua razão de ser:

*A lei ordinária, com base na Constituição, fez dos órgãos sindicais agentes da Paz Social e da integração de todas as profissões e atividades econômicas no processo do desenvolvimento nacional, fazendo-as participar diretamente das responsabilidades inerentes ao Poder Público e ao Poder Judiciário*

*...os industriais cearenses, no âmbito de sua entidade de classe, cumpriram as tarefas que o legislador federal, ou mais propriamente o governo federal lhes outorgou*

*É por meio desse organismo que o Estado ausculta os anseios da empresa privada nacional e, por via deles é que esta deverá se fazer atuante e cada vez mais presente ao diálogo a ser mantido com os poderes públicos*

O governo *outorga* tarefas e o empresariado, em sua condição de parceiro secundário, não se reconhece possuidor de interesses específicos passíveis de serem traduzidos em reivindicações. Não se faz ouvir, é solicitado a falar: tem *anseios* que são *auscultados*. Assim, percebem os industriais que suas vontades/interesses estão restritos ao que lhe é solicitado manifestar pela voz do poder público. Tal é a natureza do diálogo assimétrico que deve ser travado entre os atores principais na promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Essas percepções construídas pelos industriais cearenses não os singularizariam, isto é, podem ser identificadas como um pensamento corrente no conjunto do empresariado brasileiro. Num país, cujo processo histórico do desenvolvimento industrial se faz ancorado nas iniciativas políticas e nos suportes materiais oferecidos pelo Estado processo conceituado por Max Weber (1967) como “capitalismo politicamente orientado” – a atribuição dos empresários, do “lugar” central do Estado nas transformações econômicas se enraizou nas mentes de industriais situados em quaisquer das regiões. No contexto que estamos analisando, a despeito dos movimentos realizados por grupos de empresários (Cruz, 1984) do Centro-Sul contra o intervencionismo estatal, em meados da década de 70, esta representação do Estado se renova e se intensifica, tanto pela concretização, no conjunto do país, das políticas de desenvolvimento econômico conduzidas pelas agências estatais, quanto pela condução autoritária da ordem político-institucional.

No que se refere ao Ceará, os diversos programas federais orientados para expansão industrial e a transferência efetiva e vultuosa de recursos – sob a forma de empréstimos a fundo perdido ou não - e a correspondente expansão, até então contida, da produção industrial, irão se constituir como a substância principal para o reconhecimento do Estado/governo federal como o sujeito ativo principal da vida econômica.

*Temos assistido e sentido o grande esforço do Governo Federal para*

*dotar a Região de infra-estrutura adequada de apoio ao seu crescimento. Inicialmente com a política de incentivos fiscais e financeiros administrados pela SUDENE e BNB e mais recentemente com a adoção de novos programas como o PIN e o PROTERRA. Fortalecer a SUDENE e o BNB é questão de patriotismo*

*... E é por isso que deixamos patente o reconhecimento dos empresários e dos seus líderes pelos técnicos que têm a responsabilidade de planejar e estabelecer as importantes diretrizes que traduzem a esperança de um futuro melhor para o Ceará.*

A exaltação do Estado como sujeito principal em sua tarefa de promotor do desenvolvimento nacional, e, a afirmação/comprovação dos resultados positivos das ações do Executivo federal, dirigidas à Região Nordeste e ao Ceará em especial, convergem para uma minimização do discurso regionalista, tão arraigado nas representações das camadas dominantes do Nordeste. Ora os obstáculos ao desenvolvimento econômico do Ceará são atribuídos às *condições ecológicas adversas* (secas periódicas), a *condicionantes conjunturais de ordem externa* (crise do petróleo) ou ainda, de forma genérica, às *dificuldades naturais do processo de desenvolvimento*. Ora comparados os níveis de expansão econômica do Ceará com os de outros estados do Nordeste, a constata- da inferioridade daquele é atribuída à *maior potencialidade de uns em detrimento de outros - melhor infra-estrutura, grande quantidade de diversificadas matérias-primas, preferências dos grupos de investidores de outros centros*. Ora, de modo velado e pouco comum nas falas, sob a forma de uma sentença que afirma pela negativa, obstáculos ao desenvolvimento industrial do Ceará são atribuídos a privilégios conferidos a outras regiões do país. Em discurso proferido pelo presidente da FIEC em 1975 encontramos a afirmativa:

*Continuamos defendendo a tese que os Estados que lutam com dificuldades competitivas devem ser tratados*

*de maneira diferente pelo Governo. Não estamos apregoando o paternalismo, nem muito menos o reclamo das vantagens auferidas pelas Regiões de maior progresso.*

Na ambigüidade dos conteúdos e das formas, sob um regionalismo mitigado, pode-se desvendar o processo lógico de que resulta a atribuição ao Estado do papel de sujeito ativo principal e do lugar secundário do industrial. Percebendo a realidade cearense confrontada com a de outros Estados do Nordeste e do país (em especial dos Estados de desenvolvimento industrial consolidado), a “comprovada” magnitude de suas desvantagens fundamenta a idéia de que a realização de sua missão não pode prescindir do Estado/Governo. Mas, percebendo a realidade brasileira tendo a cearense daquela conjuntura como referente, isto é, uma área do país de desenvolvimento industrial tardio que experimenta uma inusitada expansão industrial, os empresários encontram elementos para se reconhecerem como sujeitos principais da realização da missão de desenvolver o país: como cearenses são naturalmente vocacionados para superar, com otimismo, adversidades de toda ordem e assim realizar, enquanto industriais, sua missão de produtores de riqueza.

*o Brasil tem dentro dele, como uma força viva e atuante, o Ceará, que traz na alma de seu povo a tradição de que a dificuldade de hoje é a esperança de amanhã.*

## **INDUSTRIAIS E O ESTADO/GOVERNO: REGIONALISMO E CONFLITO**

O período seguinte (1978/1986) é marcado por mudanças nos conteúdos das representações elaboradas pelos industriais sobre si mesmos e sobre o Estado/governo. Se até então as relações entre industriais e Estado/governo haviam sido pensadas por aqueles como solidárias para a consecução de fins comuns,

agora passam a ser percebidas como opostas. Os sentimentos de “confiança” e o “otimismo” em relação ao Estado/governo dão lugar aos de “descrédito” e “pessimismo”: a retórica de exaltação dá lugar à da contestação.<sup>3</sup>

O termo *desenvolvimento* – anteriormente secundário e sobrepujado pelo de *grandeza nacional* – e o empenho em reconceituá-lo é central na argumentação que institui as percepções dos industriais sobre si mesmos, sobre o Estado/governo e sobre a relação entre ambos.

*a noção de desenvolvimento econômico não se concilia apenas com o crescimento mecanicista da economia. O desenvolvimento tem que estar associado à fruição do bem-estar pelas gerações contemporâneas*

*... é que defendemos cada vez mais o progresso econômico associado ao progresso social e, por extensão, à indissolução do econômico e o humano.*

*o trabalhador não deve ser visto como um mero fator de produção, mas como ser humano, cuja dignidade deve ser respeitada.*

A agregação ao termo das noções valorativas de bem-estar, equidade, dignidade e integridade do ser humano, mais do que uma re-significação neutra e desinteressada, traz implícita a idéia de que há erros a serem corrigidos e um produtor de equívocos que deve ser chamado à responsabilidade. Traz, por outro lado, a idéia de que quem tem competência para apontar os erros são os industriais.

*Qual a terapêutica coerente para os problemas que aí estão ... que o despreparo da classe dirigente não soube conter?*

*Sabemos dos tremendos equívocos praticados em todas as áreas de decisão econômica e conhecemos os déficits estruturais de nossa sociedade. Avaliamos os desperdícios praticados em nome do desenvolvimento e sabemos medir os sacrifícios que deveremos suportar para*

*recuperar a economia em recessão, sem perder de vista a democracia.*

Se for pertinente estabelecer alguma analogia entre a concepção de Estado formulada por Durkheim – órgão de natureza *sui generis*, encarregado de elaborar representações que valem para a coletividade (Durkheim, 1983, p. 45) – e aquela produzida pelos industriais cearenses no período anterior, diria que neste tempo, aquela função é subtraída ao Estado pelos industriais, que se reconhecem como o ser pensante por excelência.

O industrial que teoriza, conceitua, também diagnostica. De que modo se expressam os erros cometidos pelo Estado? Ou, como a desigualdade e a exclusão promovidas pelo Estado se manifestam no plano concreto? A resposta está:

a) no supra-poder político e econômico da tecnoburocracia estatal: *Até que ponto o maniqueísmo político tão destrutivo e inibidor das nossas lideranças teria sido alimentado nos escalões tecnoburocráticos à revelia da autoridade maior, em benefício do próprio proveito no poder e, ainda mais, servindo CHI LO SA (sic), a um plano de paciência oportunista?*

b) nos benefícios concedidos ao setor financeiro em detrimento do industrial e comercial: *A indústria e o comércio encontram-se subordinados à hipertrofia do sistema financeiro, em prejuízo da produção e geração de capital naqueles setores que, em última análise, geram a riqueza nacional.*

c) na concorrência exercida pelo Estado, enquanto produtor direto, com as empresas privadas: *Há ainda a considerar a crescente participação do Estado na formação da renda (mais de 50% do Produto Interno Bruto) a nos aproximar dos modelos Socialistas. Mas a formação do nosso povo e a intenção proclamada nos projetos governamentais são pela democracia social e econômica.*

Com diferentes ênfases, empresários situados nas diferentes regiões e Estados do Brasil, estabeleceram relações de causalidade entre estagnação da economia, centralização das

decisões no Executivo federal, privilégios ao setor financeiro e a situação econômica do país, temas que marcaram os discursos na década dos 80, sobretudo na primeira metade (contenção dos recursos públicos, juros altos e inflação). Neste sentido as visões dos industriais do Ceará não os singularizam, podendo ser percebidas como indícios da incorporação dos mesmos e de suas entidades ao movimento mais geral de contestação ao Estado e às políticas econômicas do governo federal.

Mas, aquelas formulações se revestem de uma particularidade, na medida em que se constituem como um recurso argumentativo estratégico para validar a questão fundamental, presente em quase todos os textos analisados: o mesmo Estado que privilegia o setor financeiro, a tecnoburocracia, as empresas estatais, privilegia a economia do Centro-Sul e subtrai do Nordeste e do Ceará as possibilidades de desenvolvimento.

*A teoria econômica mostra que, longe de sermos inevitavelmente pobres, temos sido vítimas de sérios e tremendos erros da política econômica federal, deixando-nos entre outras distorções, em posição verdadeiramente colonial frente ao concentracionismo industrial do sul.*

*Na síndrome dos problemas que se desdobram sobre o nosso país, sabe o Nordeste que ele mesmo não é causa desses problemas que afligem a todos, pois são poucos os gastos federais na região (...) que temos saldo nas trocas externas, que não temos estouros financeiros. A terapia para esses males do sul é, no Nordeste, inadequada, incompetente e perversa.*

*Basicamente o Nordeste necessita de recursos: recursos para o estabelecimento de infra-estrutura, recursos para educação e saúde, recursos para implantação de empresas privadas, recursos para constituição de empresas públicas, recursos para equipar órgãos governamentais, recursos, recursos, recursos, recursos...*

O regionalismo, anteriormente obliterado, presente nas entrelinhas passa para as linhas, orientado pelo entendimento de que os obstáculos ao desenvolvimento da Região não resultam de determinantes naturais ou dificuldades conjunturais e passageiras mas, sim, da perversa combinação de injustiça e incompetência.

Reconhecendo-se os industriais como um sujeito reflexivo e contestador de outros, estendem esta capacidade elaborando análise crítica sobre si mesmos. Enquanto justiça e sabedoria são valores que orientam as avaliações sobre os outros, no que respeita à autocrítica prevalecem os ideais de solidariedade e ativismo que se expressam na contestação ao individualismo e à apatia.

*Ser empresário não é acumular lucros, contabilizando-os avidamente. Ser empresário é construir, produzir, produzir desenvolvimento para todos*

*Os individualistas, socialmente míopes, estão satisfeitos ou não querem mudanças. Não enxergam a fragilidade do social (...) No Ceará é difícil a reunião. É incômodo vir à Federação, falta estacionamento, ninguém quer sacrifícios ... precisamos nos organizar, para responder melhor aos complexos desafios.*

*A Federação é uma verdadeira trincheira de nossas lutas*

A definição da entidade como lugar constituidor da solidariedade de classe e base para o ativismo é construída na negação das instâncias formalizadas de ação política bem como das lideranças políticas, posição que é fundamentada na constatação de que nos partidos o personalismo e a ambição prevalecem sobre interesses coletivos.

*Nosso ativismo não terá que passar pela militância partidária ainda comprometida (et pour cause) pela penosa tradição brasileira de vazio político, preenchido pela ambição e pelo personalismo de muitos, onde prevalecem os interesses grupais pelo mando.*

Recusando a militância partidária e descredenciando as lideranças instituídas afirmam-se os industriais como os mais habilitados para aceitar o *desafio de lutar por uma sociedade mais justa e mais humana*.

A certeza gestada no período precedente de que o sentimento de otimismo, entranhado na alma cearense, era suficiente para ultrapassar obstáculos é agora subvertida pela idéia de que o instrumento essencial para transformação da realidade são ações partilhadas, pensadas e praticadas no âmbito da entidade. Na afirmação de que *assim temos condições de mudar as estruturas decadentes em que se emperram até hoje o Nordeste e o Ceará* vêm-se justapostas a perspectiva regionalista e o princípio corporativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em estudos (O' Donnell, 1976) que tratam das relações entre empresários e o Estado em sociedades de industrialização incipiente e, via de regra, com organização política de tipo patrimonialista, encontramos a afirmativa segundo a qual, nestas, as entidades formalmente representativas de interesses industriais desconhecem as práticas corporativas, pois as demandas desses segmentos são apresentadas ao Estado de modo atomizado e de igual modo contempladas. Têm-se também argumentado que, na vigência do regime autoritário no Brasil, em decorrência da "corporativização" do Estado (termo cunhado por O' Donnell), as demandas dos empresários dirigidas às instâncias decisórias chegam até elas por meio de vinculações informais e individuais, entre membros da cúpula da burocracia pública e os da burocracia privada, ou de forma orgânica, mediante alianças de interesses entre grupos de empresas e funcionários ou instituições estatais (Cardoso, 1975 e O' Donnell, 1976). Isto significa dizer que, tanto num contexto histórico como no outro, as práticas políticas corporativas não se realizam, ainda que na dimensão formal existam entidades organizadas. No que diz respeito ao contexto caracterizado por convergência de limitada industrialização com poder de base patrimonialista, afirma-se

que restam às entidades realizar, no plano coletivo, apenas atividades ritualizadas que envolvem, por exemplo, homenagens orientadas para legitimar ou reiterar as autoridades constituídas. Quanto ao contexto caracterizado pelo autoritarismo, as análises deixam implícita a idéia de imobilismo político das entidades de classe.

Analisando a realidade cearense, poderíamos encontrar evidências da debilidade da Federação das Indústrias para o exercício de sua função de mediadora dos interesses dos industriais junto às agências estatais. Afinal, no movimento inicial de expansão da indústria aos padrões do mando clientelista, ainda fortemente presentes no Nordeste, se sobrepõem os processos autoritários que marcaram a vida brasileira daquele período.

Mas, os textos – analisados sob a idéia de que os "símbolos objetivam relações e criam a comunhão entre indivíduos e grupos" (Cohen, 1976, p. 48) ou que "estruturas simbólicas são combinadas para atingir funções organizativas" (idem, p. 29) – podem desvendar uma realidade distinta da alegada atomização/fragmentação das condutas dos industriais e da ausência de ações coletivas no interior de sua entidade e a partir dela.

Diria que, nos dois períodos analisados, os industriais tecem um coletivo no plano simbólico, quer levados em conta os argumentos desenvolvidos nos discursos, quer nas situações mesmas que são produzidos/veiculados.

No primeiro momento, a coesão se institui em torno da idéia de que os empresários cearenses têm uma missão partilhada com o Estado/governo federal que, transcendendo o espaço local, tem a nação como destino. O patriotismo como um valor – expresso no enunciado que define a grandeza nacional como meta a ser perseguida – evoca, mais do que sintonia com a ideologia central do Estado autoritário, um recurso para a definição de uma identidade grupal, fundada não numa genérica condição empresarial, mas na específica condição de industrial. Tal como desvendam os textos analisados, a identidade industrial é construída na percepção de que a atividade industrial é o meio necessário e suficiente para

a realização dos fins coletivos. A apresentação do Estado como o ente que atribui à indústria esta tarefa-meio e à entidade a função de interlocutora é recurso discursivo estratégico, mobilizados para a legitimação do segmento industrial, de seus interesses específicos e de ações partilhadas, orientadas para a realização dos mesmos.

Há outras expressões instituidoras de unidade de interesses. A prevalência da idéia de nação sobre a de região aponta para o busca de auto-reconhecimento de médios empresários, situados em uma área de expansão econômica recém-iniciada e periférica aos centros decisórios, como parte do empresariado industrial do país. Mas, na ambivalência das formas e dos conteúdos e no regionalismo mitigado delas resultante, é demarcada a identidade cearense desses industriais. Dado que o Ceará tem problemas específicos, originários de condições físicas adversas, a missão atribuída aos industriais pelo Estado requer, para se concretizar, tratamento diferenciado: dificuldades específicas demandam vantagens específicas. É sob este argumento que ganha sentido a percepção de que o Estado é, enquanto provedor dos meios, o sujeito principal. Não teria outro sentido a prevalência de ações coletivas, motivadas para celebrar autoridades posicionadas em lugares-chave do poder federal.

Diversas são as estratégias discursivas produzidas na conjuntura seguinte. Segundo analisamos, a solidariedade grupal é fundamentada no argumento de que o desenvolvimento do Nordeste não se concretiza porque a Região é vítima da injustiça e do abandono. Dissolve-se assim o patriotismo para dar lugar ao regionalismo agudo, que emerge como um princípio organizador da diferença e da semelhança: concebem-se diferentes porque são tratados como tal pelo Estado – que privilegia outras regiões – e, semelhantes, porque todos estão contra um Estado que os priva de direitos. Essas práticas discursivas de conteúdo contestatório têm sua força aglutinadora pontencializada por um elenco de ações concretas tais como “abaixo-assinados”; documentos fundados em análises técnico-jurídicas,

avaliando e propondo rumos às políticas econômicas; reuniões com autoridades governamentais para se fazerem ouvir que, dentre outras, assinalam um momento de marcado ativismo político dos empresários vinculados à Federação.

Se pudessem ou quisessem poderiam encontrar os industriais cearenses, nas motivações para o regionalismo agudo e nas acima mencionadas ações coletivas, elementos simbólicos para avivarem a pálida identidade de empresários brasileiros, pretendida no primeiro momento analisado. Isto porque as práticas políticas corporativas dos industriais cearenses, durante o segundo período aqui considerado, reproduzem os motivos e as formas mais gerais de pressão sobre o Estado, praticadas pelos empresários do conjunto do país.

A análise aqui feita aponta para a conveniência de que sejam revistas certas interpretações correntes sobre as condições em que se deu a participação dos industriais do Nordeste – e por extensão a dos cearenses – no processo de desenvolvimento da economia da Região. Segundo interpretação corrente, considera-se que a expansão industrial das regiões periféricas aos centros econômicos do país, realizada a partir de fins da década de 60, respondeu a interesses do capital nacional e internacional. Desta afirmativa deduz-se que os sujeitos ativos desse processo teriam sido os grandes empresários (do Centro-Sul e de fora do país) e o Estado nacional, restando aos empresários da Região a condição de beneficiários passivos da modernização da economia. É inegável que, dadas as condições gerais da economia do Ceará – agricultura atrasada, mercado restrito, baixa capitalização, etc – uma expansão industrial intensa e contínua, tal como se deu no espaço cearense, seria impossível sem as políticas comandadas pelo Estado nacional. Contudo, este processo os industriais, recorrendo a padrões discursivos e ideológicos arraigados em sua cultura política – como o discurso regionalista – e reformulando-os de acordo com as conjunturas e suas necessidades, puderam aglutinar interesses e traduzi-los, pela voz de sua entidade, como expressão de uma vontade de classe.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho "Cultura e Política", por ocasião do XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1996.
- <sup>2</sup> Os discursos produzidos neste primeiro período foram publicados pela FIEC, sob a forma de uma coletânea. Consulte-se Silveira (1977). As sentenças e palavras em *itálico* assinalam falas dos empresários. A palavra em destaque é utilizada como marcador de ênfase.
- <sup>3</sup> Foram trabalhados diversos discursos do presidente da FIEC neste período – publicados em jornais ou reproduzidos em xerox – organizados pela entidade e disponíveis para consulta na biblioteca da mesma.

## BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COHEN, Abner. *O homem bidimensional. A antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- CRUZ, Sebastião Velasco. *Empresários e o regime no Brasil. A campanha contra a estatização*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1984.
- DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia. A moral, o direito e o estado*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1983.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. *Cadastro das entidades patronais industriais sindicalizadas*. Fortaleza, s/ed, 1982.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder. (o) caso dos coronéis*. São Paulo: AnnaBlume; Fortaleza: Edições UFC, 1996.
- O' DONNELL, Guillermo. Sobre o "corporativismo" e a questão do Estado. *Cadernos DCP*, n.3, março, 1976.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- SILVEIRA, José Francisco. *Missão cumprida*. Fortaleza, s/ed, 1977.